
ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



ARQUIVO NACIONAL

v.4, n. 1, jan. jun. 1989

Fontes documentais mineiras: subsídios para o estudo do movimento inconfidente de 1789

Edilane de Almeida Carneiro
Maria Judite dos Santos
Arquivo Público Mineiro

A problemática das fontes documentais primárias para o estudo do movimento conspiratório de 1789, na capitania de Minas Gerais, já foi levantada por gerações de historiadores. Questionou-se, principalmente, a validade dos autos da devassa como um testemunho pressionado, o que, de certa forma, impossibilitaria afirmativas históricas acerca dos acontecimentos. Márcio Jardim,¹ em sua obra *Síntese factual da Inconfidência Mineira*, embora reconheça o valor dos autos como fontes factuais, considera que os inconfidentes escamotearam até o fim informações completas sobre o movimento, cuja real extensão e alcance o governo mineiro minimizou, mas não chegou de fato a apreender. Apesar disso, o registro do pensamento dominador a respeito do movimento não pode ser desconsiderado por quem se propõe a avaliar a amplitude da repressão. Se seu estudo é insuficiente para que se compreenda todos os meandros dos acontecimentos, ainda assim é indispensável.

Se em muitos aspectos, os autos da devassa, enquanto fonte oficial, exigem a cautela que se deve ter no estudo das delações e confissões, em outros são bastante esclarecedores. Extrapolando uma visão imediatista da Inconfidência, os seqüestros dos bens dos réus inconfidentes nos dão uma imagem fantástica do cotidiano mineiro no século XVIII. Também o conteúdo apreendido das bibliotecas é um dado aceito como confiável por historiadores que se destacaram tentando desvendar a real influência do Iluminismo no ideário inconfidente.

Outro exemplo da visão do dominador sobre os acontecimentos foi considerado por Kenneth R. Maxwell² como uma fonte primária provocadora de distorção histórica: é a constituída pelos relatórios do visconde de Barbacena, governador de Minas, enviados a Lisboa e ao Rio de Janeiro. Os dados teriam sido deliberadamente encaminhados em uma direção que visava a favorecer um grupo de ricos empresários não incriminados.

É inegável que a Inconfidência Mineira deixou no ar mistérios que nenhuma

1. Márcio Jardim, *Síntese factual da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Codésier, 1988.
2. Kenneth R. Maxwell, *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

documentação primária resolverá: reuniões secretas e papéis destruídos no receio da prisão não podem ser reconstituídos. Entretanto, esquemas e hipóteses podem ser confrontados com subsídios mais concretos do período, levantados de fontes primárias. Entendida como mais uma peça no conjunto dos movimentos insurrecionais que sacudiram a capitania mineira no século XVIII será, por certo, analisada sem a preocupação exclusiva do individualismo heróico.

Para que se possa avaliar a real dimensão e o alcance do descontentamento reinante nas Minas Gerais setecentistas é imprescindível retomar a montagem e a articulação do sistema colonial. Apreendendo o contexto da sociedade mineira colonial escravista, marcada pelas contínuas medidas proibitivas e cerceadoras impostas pelo Estado metropolitano, torna-se possível examinar esses movimentos de contestação e, em especial, a Inconfidência Mineira. As coerções, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, definidas interna ou externamente, modelaram os acontecimentos e também foram por esses modeladas. Nessa medida, a análise das diretrizes metropolitanas, assim como da dinâmica interna da capitania, em sua crescente decadência e em seu processo social diversificado, possibilitaram criar alternativas para se investigar a Inconfidência Mineira.

Alargando-se o campo da pesquisa, a problemática das fontes documentais, sobretudo no que diz respeito aos arquivos mineiros, pode ser, de certa forma, reavaliada. Não são poucos os documentos disponíveis que nos permitem traçar um perfil das Minas Gerais do século XVIII, e nesse contexto investigar os objetivos e a penetração dos movimentos insurrecionais. O entendimento das bases estruturais da economia e da sociedade colonial, possível graças à busca criteriosa de um considerável acervo, se não chega a dar respostas definitivas no estudo do movimento conspiratório de 1789, joga, no entanto, novas luzes, possibilitando a superação de interpretações acríicas e mistificadoras sobre esse movimento.

Aliado a esse aspecto que, em certa medida, permite a ampliação das fontes documentais para o estudo da Inconfidência Mineira, deve-se considerar também a existência de um número significativo de documentos com ela diretamente relacionados. Ao tecer considerações a esse respeito na introdução aos *Autos da devassa*, o historiador Herculano Mathias afirma que... "sem constituírem propriamente peças processuais, têm sido localizados nos últimos cinquenta anos muitos documentos coetâneos dos acontecimentos e com eles relacionados".

Isto posto, propomo-nos aqui a fornecer subsídios ao estudo da Inconfidência Mineira, facilitando o acesso às fontes processuais, às coetâneas dos acontecimentos e, particularmente, àquelas representativas do quadro colonial que se encontram sob a guarda de instituições públicas em Belo Horizonte e Ouro Preto. Dadas as proporções desses acervos documentais, tal trabalho deve ser entendido como uma amostragem esclarecedora das potencialidades de pesquisa nos arquivos mineiros e, em especial, no Arquivo Público Mineiro.

Belo Horizonte

Arquivo Público Mineiro

O Arquivo Público Mineiro abriga um expressivo acervo concernente ao sé-

3. *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Câmara dos Deputados. 2ª ed., Brasília. Minas Gerais: Imprensa Oficial, 10 vols., 1976-1983.

culo XVIII, representativo da estrutura da economia e da sociedade colonial. Em sua totalidade, são registros e originais de documentos produzidos e acumulados por instituições públicas da capitania de Minas Gerais. Da extensa documentação das câmaras municipais, da Secretaria do Governo Colonial e da instituição fazendária Casa dos Contos, podem ser extraídos dados de real significado para o entendimento da dinâmica colonial. Além dos instrumentos de pesquisa, que facilitam o acesso a esse valioso acervo, atualmente o Arquivo Público Mineiro desenvolve um levantamento de suas fontes documentais sobre a Inconfidência Mineira.⁴ Tal trabalho é representativo de um enfoque visando a evidenciar os elementos estruturais do período, sem desconsiderar, contudo, a documentação diretamente relacionada com o movimento conspiratório e com a repressão metropolitana. Foram coletados dados nos seguintes conjuntos documentais:

Coleção Inconfidentes

Este conjunto de variada procedência, intitulado Coleção Inconfidentes, subdivide-se em 'originais' e 'cópias e diversos' e foi reunido ao longo dos anos, tendo em vista seu valor histórico. Sua documentação original abrange um total de 34 documentos relativos ao período de 1764 a 1836. As datas anteriores à década de 1780 referem-se à função dos futuros inconfidentes na estrutura administrativa da capitania, em muitos casos estendida até a época do movimento, quando se destacam: Cláudio Manuel, como secretário do governo; Inácio José de Alvarenga Peixoto, como ouvidor-geral e corregedor da comarca do Rio das Mortes; Joaquim José da Silva Xavier, como alferes comandante do Caminho Novo; Tomás Antônio Gonzaga, como ouvidor-geral e corregedor de Vila Rica.

O processo de petição de Antônia Maria do Espírito Santo, relativo à escrava confiscada dos bens de Joaquim José da Silva Xavier e o formal de partilha de José Aires Gomes são registros importantes dos autos de penalização dos envolvidos na Inconfidência que também fazem parte deste acervo. Fechando sua parte original, encontra-se o testamento de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas — a Marília de Dirceu —, datado de 1836.

O conjunto das cópias e diversos compreende 24 documentos, de 1742 a 1968, nos quais realçam os concernentes à construção do monumento a Tiradentes, em Ouro Preto, e uma lista de outros relativos à Inconfidência Mineira existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, levantada pelo pesquisador padre Manuel Ruela Pombo.

Outro destaque é o discurso proferido por Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, preso nas primeiras averiguações sobre o movimento e logo libertado, porém omitido na devassa de 1790. Trata-se de manuscrito, com o texto de sua fala na sessão solene da Câmara de Vila Rica, comemorativa do fracasso da Inconfidência, em maio de 1792 — ano das penalizações —, quando então parecia muito interessado em desfazer dúvidas acerca de seu ideário, ressaltando seu respeito à monarquia e reconhecimento das virtudes dos colonizadores portugueses.

Em três cartas que também compõem a Coleção Inconfidentes, enviadas por Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira ao contratador João Rodrigues de

4. A.P.M. 'Contribuição ao estudo do movimento inconfidente de 1789'. Belo Horizonte, 1989 (em fase de editoração).

Macedo, aparece retratado o relacionamento comercial e amigo entre aquele a quem Tarquínio J. B. de Oliveira⁵ chamou de "o banqueiro da Inconfidência" e a mulher de Inácio José de Alvarenga Peixoto.

O instrumento de pesquisa que facilita o acesso a este conjunto no Arquivo Público Mineiro é seu inventário, encadernado junto à reprodução xerográfica dos documentos.

Arquivo Casa dos Contos

O arquivo da Casa dos Contos abrange o administrativo financeiro e todo o contencioso da Fazenda Pública colonial em Minas, além de extensa documentação concernente ao período monárquico. Pertencente à Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda e, posteriormente, à Delegacia do Tesouro do Império, constitui-se de códices e autos administrativos fiscais. Atualmente encontra-se distribuída entre o Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Público Mineiro e centralizada, em reprodução microfilmica, no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, sediado em Ouro Preto. As duas primeiras instituições citadas, através do empenho dos historiadores Herculano Gomes Mathias, Tarquínio J. B. de Oliveira e José Afonso Mendonça de Azevedo⁶, já tiveram trabalhos desenvolvidos relativos a esse acervo sob sua guarda.

O Arquivo Público Mineiro recolheu aproximadamente 823 códices e 15.600 documentos avulsos, em grande parte de natureza fazendária. Nele podem ser encontrados papéis diversos relativos à arrecadação tributária da capitania mineira, os quais constituem subsídios de alta validade no estudo da estrutura econômico-financeira das Minas.

— Documentação não-encadernada

A documentação não-encadernada do fundo Casa dos Contos, sob o ponto de vista de uma seleção que evidencie os aspectos conjunturais e também imediatos do movimento de 1789, pode ser subdividida nos temas abaixo, sem, no entanto, guardar qualquer correspondência com o arranjo desse acervo.

a) O aparato administrativo e repressivo na região mineira

Sem dúvida, é vasto e diversificado o rol de medidas proibitivas que a Metrópole impôs à capitania mineira durante todo o período colonial, as quais se encontram, em grande parte, registradas nos documentos que compõem o conjunto Casa dos Contos.

A permanente vigilância e repressão sobre a população se constituíam nas tarefas maiores das autoridades públicas. A criação das primeiras vilas e respectivas câmaras marcou, assim, o primeiro momento de efetiva imposição da ordem e da administração pública na 'região das Minas'. Ao longo de toda a história das Minas setecentistas, as diretrizes político-econômicas do governo metropolitano, expressas nas instruções, leis, alvarás, decretos e bandos, foram definidoras de uma ampla e rígida estrutura administrativa que gerou sérios impactos

5. Tarquínio J.B. de Oliveira, *O banqueiro da Inconfidência*. Ceca/Casa dos Contos.
6. Herculano Gomes Mathias, *A Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966; Tarquínio J.B. de Oliveira, *Correspondência ativa de João Rodrigues de Macedo*, Esaf, Centro de Estudos do Ciclo do Ouro/Casa dos Contos, 1979; José Afonso de Mendonça de Azevedo, 'Documentos do arquivo Casa dos Contos de Ouro Preto', em ABNRJ, vol. 65, 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

na vida mineira. A essa relativa ordem, sustentada pelo inflexível sistema tributário e pela dominação política, não tardariam, contudo, a surgir contestações que seriam, então, a norma. Relembre-se Assumar: "... o clima de rebelião é como que o ar que se respira nestas Minas".

Como exemplo desses diversos mecanismos de garantia da renda tributária podem ser citadas as derramas impostas à população daquela depauperada capitania e, em especial, a derrama de 1789 — um fator aglutinador do descontentamento. O real alcance desse processo fiscal e dos muitos outros determinados como garantia à "ordem colonial" podem ser melhor entendidos jogando-se luzes sobre essa vasta e valiosa documentação primária.

b) A situação sócio-econômica das Minas

Os diversos documentos produzidos na administração fazendária da capitania de Minas Gerais são de grande validade para o esclarecimento da situação sócio-econômica do século XVIII.

Através de quadros, tabelas e demais documentos criados pela administração e arrecadação da Fazenda Real, que integram o fundo Casa dos Contos, torna-se possível traçar um retrato das Minas do século XVIII, em sua crescente decadência econômica e constante opressão pelo fisco e pelas leis defensoras dos interesses da Coroa e dos poderosos locais.

A escrituração dos diversos rendimentos da capitania, tanto dos quintos do ouro — único tributo de arrecadação direta pelas casas de fundição — quanto dos demais, como dízimos, entradas, passagens de rios, e ainda os dos ofícios de justiça, todos esses arrematados por particulares junto à Real Fazenda, constitui-se num valioso subsídio documental.

Além da documentação fazendária que compõe a quase totalidade do fundo Casa dos Contos, também podem ser encontrados registros representativos da complexidade social engendrada pela estrutura econômica mineira. A mineração do ouro e dos diamantes, que no século XVIII alimentou, sobretudo, as finanças de Portugal, estabelecendo-se sob o signo da pobreza e da conturbação social, gerou um enorme fluxo populacional e uma composição diversificada da sociedade, fatores que viriam a proporcionar o florescimento da insatisfação, em virtude das constantes medidas repressivas impostas pelo Estado metropolitano.

c) A administração dos contratos de arrecadação tributária e as contas particulares dos contratantes

O governador visconde de Barbacena, em carta enviada ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, datada de 25 de março de 1789, relatava o envolvimento na conspiração de pessoas de importância e representatividade, devedoras de tudo quanto possuíam à Fazenda Real. Entre estas, destacavam-se os contratantes cujas contas numericamente expressivas, estão lançadas na documentação do fundo Casa dos Contos, e a respeito deles, diria Márcio Jardim: "... esse tipo de negócio implicava numa teia paralela de recebimentos e empréstimos que transformava o negociante numa espécie de banqueiro e trocador de mercadorias ou bens diversos".

Dentre esses contratantes podem ser citados alguns como Joaquim Silvério dos Reis, grande devedor e inconfidente delator; José Aires Gomes, riquíssimo fiador do contratante João Rodrigues de Macedo, responsável pelo débito do mesmo junto à Real Fazenda; Domingos de Abreu Vieira e José Pereira Marques. Merece especial destaque a figura do contratador João Rodrigues de Ma-

cedo, quase sempre citada nos documentos da Casa dos Contos. Sua relevante presença e atuação no contexto da vida colonial, seja na gestão dos contratos das entradas e dizimos da capitania das Minas Gerais, seja no cauteloso envolvimento com os inconfidentes e freqüente assistência financeira a seus familiares, são aspectos dominantes que devem ser ressaltados. Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora são alguns dos muitos personagens que ressurgem do conjunto de originais de correspondência passiva de Rodrigues de Macedo, em parte apreciável sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Ainda sob esse ângulo, deve-se destacar o valioso documento original que retrata a assistência prestada por esse contratador ao inconfidente Vicente Vieira da Mota, quando de sua prisão em Vila Rica, apresentando o cardápio servido durante os dias em que aí permaneceu preso.

Ressalte-se também as recentes hipóteses de acobertamento da ação de João Rodrigues de Macedo no movimento inconfidente, engendrado pelo próprio visconde de Barbacena.

Além das contas particulares dos diversos contratantes, existem no fundo Casa dos Contos listas completas e gerais dos contratos, de acordo com a vigência dos mesmos, à época da articulação da Inconfidência.

Com base em tal documentação, é possível descortinar o grande fluxo comercial fiscalizado pelos registros, postos arrecadadores de tributos localizados nas regiões limites da capitania. Dirigidos por administradores, esses registros recebiam a segurança do Estado, através de guarnições militares sediadas em cada um dos mesmos. Ali, enquanto os militares reprimiam os contrabandistas, fiéis da Junta da Fazenda Real conferiam a contabilidade. Como principais agentes dessa arrecadação, os contratantes arrematavam os contratos de tributação da Real Fazenda, obrigando-se a pagar determinada quantia fixa. Somente após esse pagamento, e no caso de excesso de arrecadação, é que se auferiam lucros particulares.

d) A região diamantina e sua especificidade

São bem retratados nessa volumosa documentação aspectos significativos da situação econômica da região do Tejuco, no século XVIII, tais como a exploração das lavras pelo Estado, o relacionamento direto das autoridades locais com as metropolitanas, a criação de cargos administrativos específicos para o controle da área, o custeio dos serviços da extração, as remessas de pedras para Portugal, o trabalho de escravos e de brancos nas minas, o extravio e contrabando de pedras preciosas, as devassas realizadas pelo aparelho governamental, além de documentos relativos à prisão e seqüestro dos bens do padre José da Silva de Oliveira Rolim, legítimo representante das contradições do Tejuco, que foram ingredientes fortes na receita do movimento mineiro de 1789.

e) As fraudes, o extravio e o contrabando do ouro e das pedras preciosas

A Coroa portuguesa via na fraude, no contrabando e no extravio do ouro e dos diamantes a causa principal do 'declínio' de suas rendas. Devido às características da economia e à pesada carga tributária que consumia quase toda a produção, esses foram mecanismos de transgressão da ordem colonial constantes na capitania de Minas.

O arquivo Casa dos Contos apresenta vários documentos representativos do empenho das autoridades públicas em deter essas violações. Uma carta do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa ao governador Luís da Cunha Meneses, em

1784, sobre pessoas que estavam a extrair ouro em lugares proibidos, com "escandalosos procedimentos", exemplifica bem tal temor. Nesse mesmo ano, faz-se em Sabará devassa sobre o extravio de diamantes. Outro documento, ainda desta data, cita a obrigatoriedade de se fazer devassa sobre os extravios, de seis em seis meses. Papéis vindos de Minas Novas dão conta de que além dos contrabandistas, também os falsificadores do ouro em pó eram motivo de grande preocupação para as autoridades públicas. Tal documentação poderá ser significativa na investigação da possível atuação desses infratores da ordem colonial na articulação do movimento inconfidente, já evidenciada na região diamantina.

f) *Os inconfidentes no exercício de cargos administrativos*

Refere-se a um conjunto de documentos que atestam a posição de 'elite governamental' ocupada por alguns dos articuladores da Inconfidência. Basicamente, daria ensejo a estudos que privilegiassem motivações pessoais para um envolvimento conspiratório. Dentre outros, sobressaem: Francisco de Paula Freire de Andrada, como tenente-coronel comandante da Cavalaria; Inácio Correia Pamplona, futuro denunciante da conspiração, explorando territórios em companhia de Joaquim José da Silva Xavier; Luís Vieira da Silva, recebendo sua cõngrua, além de João Dias da Mota, Antônio José de Araújo e Antônio Ramos da Silva Nogueira. Também se destacam os documentos assinados por Tomás Antônio Gonzaga, como ouvidor-geral e corregedor de Vila Rica e Inácio José de Alvarenga Peixoto, como comandante do I Regimento da Campanha.

Alguns dos envolvidos na conspiração ainda aparecem em registros de fins do século XVIII e início do século XIX, exercendo cargos no governo. São denunciadores como Inácio Correia Pamplona, ou inconfidentes que escaparam do processo, como Lucas Monteiro de Barros e Maximiliano de Oliveira Leite.

Os instrumentos de pesquisa que facilitam o acesso à documentação não-encadernada da Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro são as listagens de computador, com entradas por datas, nomes, localidades e assuntos, e ainda o inventário Casa dos Contos/APM — seleção de documentos relacionados com o contexto da Inconfidência Mineira, encadernado junto à reprodução xerográfica dos mesmos.

— Delegacia fiscal — códices

O conjunto de códices da Casa dos Contos, posteriormente conhecido como fundo Delegacia Fiscal, é composto, essencialmente, de documentos da Junta da Real Fazenda que passou a acumular, na segunda metade do século XVIII, as funções fazendárias do antigo provedor, controlando assim toda a arrecadação tributária da capitania de Minas Gerais. São diversos papéis relativos à escrituração dos contratos de cobrança fiscal de João Rodrigues de Macedo, Joaquim Silvério dos Reis, Domingos de Abreu Vieira e de outros muitos rendeiros também poderosos.

Os registros de cartas sobre a administração dos contratos de João Rodrigues de Macedo, passadas pelo seu copiador de cartas, são significativos e atestam o poderio e a influência desse contratador no contexto colonial.

Aparecem nessa documentação diversos registros de cartas-régias concedendo o exercício de cargos públicos, inclusive a Tomás Antônio Gonzaga e Inácio de Alvarenga Peixoto, futuramente envolvidos nas malhas do processo da Inconfidência.

Deve ser destacada, também, a escrituração dos diferentes rendimentos da capitania e, especialmente, o que se refere ao lançamento das importâncias recebidas dos bens confiscados dos inconfidentes, datado de 1792.

Outros documentos assinalam algumas das penalidades impostas aos réus e, em particular, aos eclesiásticos Oliveira Rolim, Correia de Toledo, Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira.

Um aspecto notável que aparece registrado é o concernente ao relacionamento de um dos representantes da repressão metropolitana, Pedro José de Araújo Saldanha, com um dos principais ativistas do movimento conspiratório, Joaquim José da Silva Xavier, no exercício de suas funções de alferes da Cavalaria Paga da capitania mineira.

O instrumento de pesquisa que possibilita o acesso a esse valioso acervo documental é o catálogo analítico impresso, constituído de índices remissivos de assunto, alfabético das autoridades da Coroa e, ainda, de um quadro cronológico das autoridades da capitania de Minas Gerais.

Outros fundos

A amostragem aqui denominada 'outros fundos' engloba documentos selecionados das seguintes procedências:

- Seção Colonial — documentos não-encadernados
- Seção Colonial — códices
- Câmara Municipal de Ouro Preto — códices
- Câmara Municipal de Mariana — códices
- Coleção Colonial — documentos não-encadernados e códices
- Seção Colonial — documentos não-encadernados

Desde 1987, um convênio firmado entre a U.F.M.G. e o A.P.M. vem permitindo o trabalho de arranjo da documentação colonial não-encadernada, sob a guarda dessa instituição. Até o momento, puderam ser identificados os seguintes grupos:

- Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto
- Fundo Secretaria do Governo

Um terceiro grupo refere-se aos documentos ainda em processo de classificação.

O total desse acervo é de aproximadamente 15 mil documentos. O acesso ao mesmo será aberto no final dos trabalhos.

- Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto

No corpo dessa documentação destacam-se os requerimentos (de aforamentos de terras e pagamentos relativos a devassas, despesas com festas religiosas, construção de obras públicas e propinas aos oficiais da mesma câmara), e as listas diversas (de lojas, subsídios voluntários, donativos reais, quinto do ouro, pagamento de foros e de criadores de enjeitados).

Entre esses documentos produzidos ou acumulados pela Câmara Municipal de Ouro Preto aparecem referências a alguns inconfidentes, sobretudo no exercício de cargos administrativos, como Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor-geral e corregedor dessa comarca.

Nas listas de foros dos moradores de Vila Rica destaca-se uma que faz menção ao nome de Cláudio Manuel da Costa, residente à rua 'Direita da Praça'.

- Fundo Secretaria do Governo

A Secretaria do Governo era administrada por um secretário cujo ofício, de provimento régio, era determinado através do Conselho Ultramarino, cargo exercido interinamente por Cláudio Manuel da Costa.

A documentação não-encadernada desta Secretaria abrange os seguintes temas: concessão de patentes, instruções do Conselho Ultramarino, requerimentos de sesmarias e datas minerais, pagamentos de cõngruas, relatórios sobre arrecadações e desordens e requerimentos de pagamentos.

Entre esses documentos produzidos ou acumulados pela Secretaria do Governo colonial destaca-se uma carta do presidente do Real Erário sobre quantia devida por Joaquim Silvério dos Reis como arrematante do contrato das entradas, além de um requerimento de sesmaria em que se faz menção às terras do mesmo contratante, seqüestradas para solução de dívida com a Real Fazenda.

— Seção Colonial — códices

A denominação do fundo como 'Seção Colonial' foi mantida em conformidade com a procedência dessa documentação. Contendo 409 códices com as datas-limites de 1605 a 1837, estende-se, portanto, até o período provincial, também de acordo com a encadernação primitiva. Constitui-se de registros régios e de registros e originais de autoridades da Colônia e da capitania. O fundo está microfilmado e seu instrumento de pesquisa é o *Catálogo e indexação de assunto*, RAPM — abril de 1977.

Alguns aspectos da vida militar do alferes Joaquim José da Silva Xavier ficam bem esclarecidos nestes códices como, por exemplo, no que se refere ao Comando do Caminho Novo, através de documento contendo as instruções do governador Rodrigo de Meneses ao Tiradentes, além de uma carta do alferes com informações sobre o estabelecimento do Quartel e Porto de Meneses.

As *Cartas chilenas*, obra poética anônima, cuja autoria foi atribuída por recentes estudos a Tomás Antônio Gonzaga, são consideradas o retrato social das Minas Gerais, a um passo da articulação de um movimento de rebeldia contra o governo metropolitano.

O governo de Luís da Cunha Meneses, representado nesses versos, está registrado nos códices da Seção Colonial, através de atos governamentais. Merece destaque especial uma carta do governador à Câmara de Vila Rica sobre as festividades que serviriam de inspiração para a quinta das *Cartas chilenas*, assim intitulada: 'Em que se contam as desordens feitas nas festas que se celebravam nos desposórios do nosso sereníssimo infante com a sereníssima infanta de Portugal'.

Outro destaque dessa documentação é uma carta de Melo e Castro ao visconde de Barbacena sobre a necessidade de se remeter, da Europa, um regimento para garantir a obediência e a submissão dos povos de Minas, no ano seguinte à Inconfidência. A carta enfatiza o interesse da rainha em acalmar o palco da conjuração debelada.

— Câmara Municipal de Mariana

Este fundo contém 46 códices com as datas-limites de 1708 e 1837. Sua documentação apresenta: ordens régias, leis, bandos, editais, acórdãos, posturas e anotações de receita e despesas.

Nele se destaca o registro da carta de 23 de março de 1789 do visconde de Barbacena determinando a suspensão da derrama. Em 1797, a preocupação das autoridades quanto à segurança e preservação dos bens seqüestrados do cônego Luís Vieira da Silva fica expressa em carta de Bernardo José de Lorena ao juiz pela ordenação de Mariana.

— Câmara Municipal de Ouro Preto — códices

Contém 606 códices com as datas-limites de 1712 e 1886. Compreende registros de atos régios e atos de autoridades da capitania e da província. Seu instrumento de pesquisa é o *Catálogo e indexação de assuntos*, RAPM — abril/1977.

As diversas derramas mineiras estão bem documentadas nos códices da Câmara Municipal de Ouro Preto. Com relação à derrama de 1789, aparece o registro da carta do visconde de Barbacena determinando a sua suspensão, além de carta da Câmara de Vila Rica ao mesmo visconde, elogiando essa medida.

Em 1792, a Câmara de Ouro Preto deu graças pelo trágico destino dos réus inconfidentes, registrando em seus livros o termo de vercação e acórdão sobre a realização de *Te Deum* comemorativo do fracasso da conjuração, e o auto de arrematação da música para a mesma solenidade.

— Coleção Colonial

Conjunto composto de 39 documentos avulsos, sete cópias e 15 códices foi colecionado, ao longo dos anos, sob o critério do valor histórico.

Um dos destaques dessa coleção é o Erário Régio, na sua versão original, um códice manuscrito de mais de duzentos anos.

Segundo Tarquínio J.B. de Oliveira, para se definir, hoje, o Erário Régio, um bom título seria: Evolução financeira ou fazendária da capitania de Minas, 1715-1767. Seu autor, Francisco Antônio Rebelo, contador da Junta da Real Fazenda, elaborou, em 1768, um texto cheio de informações e dados estatísticos, analisando, em quatro 'Relações', a origem e a evolução de alguns dos impostos nas Minas Gerais.

Na Coleção Colonial encontra-se o poema *Vila Rica*, obra nativista de Cláudio Manuel da Costa, cuja parte 'Fundamentos históricos' é considerada a primeira história mineira feita por um mineiro. Segundo Tarquínio J.B. de Oliveira ela foi escrita após o manuseio do Erário Régio, de Francisco Rebelo.

Destaque especial da Coleção Colonial é o documento 'Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais', de José João Teixeira Coelho, desembargador da Relação do Porto, no ano de 1780. Para justificar sua obra, Teixeira Coelho considerou que um governador das Minas somente conseguiria conhecer verdadeiramente o território que administrava quando chegasse ao fim do seu mandato. A esses nobres detentores do principal cargo da capitania dirigiu sua instrução, tratando, entre outros temas, da descrição corográfica do território, estado político, ordens régias, juntas de Fazenda e da Justiça, intendências, corpo eclesiástico, primeiros descobrimentos, primeiros governos, extração do ouro, origem da falta deste mineral e os motivos por que não se tem lançado a derrama.

Obras de referência

A biblioteca do Arquivo Público Mineiro possui um acervo composto, fundamentalmente, de obras publicadas a respeito da história mineira. Entre elas, encontram-se as de referência, que auxiliam o acesso a fontes documentais do século XVIII, em arquivos de Minas Gerais, como algumas entre as abaixo relacionadas.

APM. *Casa dos Contos*: seleção de documentos relacionados com o contexto da Inconfidência Mineira, em reprodução xerográfica.

— Catálogo dos códices do Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial e câmaras

municipais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, IOF, BH, 1977.

— Coleção Inconfidentes. Inventário e documentos em reprodução xerográfica. — *Guia do Arquivo Público Mineiro*. Secretaria de Estado da Cultura, BH, 1988.

Caio C. Boschi 'Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental'. *Acervo*, revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1 (1): 61-82, jan./jun. 1986.

Teófilo Feu de Carvalho. Índice geral da *Revista do Arquivo Público mineiro: 1896-1913*, I.O.F., BH, 1914.

Ceco. *Catálogo dos códices do arquivo Casa dos Contos de Vila Rica*. Ministério da Fazenda, Subsecretaria de Economia e Finanças, Serpro, Ceco/Ouro Preto.

— *Catálogo dos documentos avulsos do arquivo Casa dos Contos de Vila Rica*. Ministério da Fazenda, Subsecretaria de Economia e Finanças, Serpro, Ceco/Ouro Preto.

Eugênio Ferraz. *As potencialidades de Pesquisa na Casa dos Contos*. Esaf. Ceco. Casa dos Contos, Ouro Preto, 1981.

Marysia Malheiros Fiúza. 'Relação das coleções de documentos históricos dos séculos XVIII e XIX existentes na cidade de São João del-Rei'. *Revista da Escola de Biblioteconomia/UFMG*, BH, 4 (2): 162-85, setembro/1976.

Lucy Gonçalves Fontes. 'Relação das coleções de documentos dos séculos XVIII e XIX existentes na cidade de Tiradentes'. *Revista da Escola de Biblioteconomia/UFMG*, BH, 6 (1), 67-77, março/1977.

Hélio Gravata. 'Contribuição bibliográfica para a história de Minas Gerais — período colonial: Inconfidência Mineira'. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXIX, I.O.F., BH, abril/1978.

———. 'Contribuição bibliográfica sobre Cláudio Manuel da Costa'. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXX, BH, 1979.

Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual: Frente Arquivística/Coordenação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/Arquivo Nacional. Departamento de Imprensa Nacional, 1988.

Além da documentação dos autos da devassa, publicada em duas edições, fundamental para a compreensão do processo, um substancial volume de documentos sobre a Inconfidência Mineira vem sendo divulgado por diversas instituições. Especial atenção deve ser dada à *Revista do IHGB, Anais da Biblioteca Nacional, Anuário do Museu da Inconfidência, Revista do A.P.M.* e, ainda, às publicações do Ceco, *Correspondência ativa de João Rodrigues de Macedo*, em dois volumes, com ementário da correspondência passiva recolhida pelo A.P.M.

Fontes para um estudo das estruturas agrárias e da mão-de-obra escravocrata mineira no século XVIII foram privilegiadas pelo A.P.M., em 1988, no conjunto das pesquisas sobre a abolição da escravatura. Como resultado deste trabalho publicou-se, no mesmo ano, a série *Cadernos do Arquivo 1, Escravidão em Minas Gerais*, encontrando-se, atualmente, em fase de editoração, o 'Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no A.P.M.'

Também publicado por essa instituição em 1988, o 'Catálogo de sesmarias', em *Revista do A.P.M.*, série 'Instrumentos de pesquisa', ano XXXVII, 2 volumes, é essencial para a compreensão de aspectos da economia mineira diversos dos da mineração, a que se deve aliar uma investigação criteriosa no acervo dos fundos coloniais do A.P.M.

Ouro Preto

Os acervos documentais do século XVIII sob a guarda das instituições públicas de Ouro Preto são, em sua totalidade, de grande validade para o estudo da estrutura colonial mineira e, especialmente, do movimento inconfidente de 1789.

Constituem-se de documentos produzidos e/ou acumulados pelas instituições locais e são, basicamente, de natureza cartorária, eclesiástica e fazendária, além daqueles produzidos no processo da Inconfidência Mineira.

Foram levantados dados nas seguintes instituições:

Museu da Inconfidência/Casa Setecentista do Pilar

O arquivo histórico sob a guarda da Casa Setecentista do Pilar compreende uma extensa documentação de natureza cartorária, datada de 1719 a 1955. No fundo denominado *Arquivo Judiciário do Fórum de Ouro Preto*, acham-se identificados os seguintes grupos documentais: Ouvidoria, Provedoria, Ofícios, Guardamoria, Coletoria, Junta Eleitoral, Câmara Municipal, Delegacia e Banco Provincial.

Nos diversos registros de inventários, testamentos e arrematações desse fundo, podem ser encontrados documentos que atestam o exercício da função de ouvidor e corregedor de Vila Rica por três envolvidos no movimento inconfidente: Tomás Antônio Gonzaga, Antônio Ramos da Silva Nogueira e Lucas Antônio Monteiro de Barros. Os dois últimos exerceram esse cargo após ter sido delatado o movimento, visto que, escapando às incriminações, puderam gozar das benesses do poder, ao contrário do poeta exilado.

Esse arquivo judiciário encontra-se parcialmente microfilmado no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro/Casa dos Contos, e o instrumento de pesquisa que auxilia o acesso a essa valiosa documentação é o *Inventário analítico*, elaborado por essa instituição.

O acervo da Casa Setecentista do Pilar abrange, ainda, traslados de peças processuais relativas à devassa que se fez por ocasião da Inconfidência Mineira, incluindo autos de perguntas feitas aos réus eclesiásticos e a dois escravos do padre José da Silva de Oliveira Rolim.

Dos documentos avulsos que compõem igualmente o Arquivo Histórico da Casa do Pilar destacam-se recibos, atestados, declarações de dívidas, requerimentos, mapas de despesas e demais registros de alguns inconfidentes como Francisco de Paula Freire de Andrada, José Álvares Maciel, Vicente Vieira da Mota, Joaquim Silvério dos Reis e Joaquim José da Silva Xavier.

Alguns desses traslados de peças processuais e documentos avulsos permanecem em exposição no Museu da Inconfidência, assim como o VII volume original dos autos da devassa, transferido da Biblioteca Nacional.

Museu Casa dos Contos/Centro de Estudos do Ciclo do Ouro

O Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, sediado no Museu Casa dos Contos, vem desenvolvendo, há alguns anos, um amplo projeto arquivológico visando à formação de um centro de documentação, através da reprodução microfilmica dos acervos históricos sob a guarda das diversas instituições públicas.

Programou-se, originalmente, a reprodução da documentação fazendária da antiga Casa dos Contos distribuída entre o Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Público Mineiro. Cumprida essa etapa, o projeto foi estendido

aos acervos cartorários e eclesiásticos, além daqueles produzidos ou acumulados pelas diversas câmaras municipais.

Até o momento, a coleção microfilmica do Ceco compõe-se dos seguintes conjuntos documentais:

- Arquivo Casa dos Contos (AN, BN, APM)
- Arquivo Municipal de Ouro Preto
- Arquivo Judiciário de Ouro Preto
- Arquivo de Documentos Históricos
- Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda

Além do arquivo Casa dos Contos e do arquivo judiciário de Ouro Preto, já referenciados anteriormente, puderam ser levantados dados, em especial, no arquivo de documentos históricos.

Embora sejam, ainda, poucas as referências quanto à procedência desses documentos colecionados em reprodução microfilmica, alguns foram identificados como pertencentes aos acervos sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, Arquivo Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Encontra-se microfilmado, nesse fundo, um conjunto de documentos das coleções Inconfidentes e Colonial do Arquivo Público Mineiro, assim como valiosa documentação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contendo, entre outros, carta de apresentação das *Cartas chilenas* e várias obrigações assinadas por Tomás Antônio Gonzaga, além de manuscritos das *Cartas chilenas*.

● Ouro Preto

- A.D.H. — Arquivo de Documentos Históricos
- A.J. — Arquivo Judiciário
- C.C. — Casa dos Contos
- Ceco — Centro de Estudos do Ciclo do Ouro
- M.I/C.S.P. — Museu da Inconfidência/Casa Setecentista do Pilar

● Belo Horizonte

- A.C.C. — Arquivo Casa dos Contos
- C.C. — Coleção Colonial
- C.I. — Coleção Inconfidentes
- C.M.M. — Câmara Municipal de Mariana
- G.M.O.P. — Câmara Municipal de Ouro Preto
- D.F. — Delegacia Fiscal
- S.C. — Seção Colonial
- S.G. — Secretaria de Governo

**Anexo I: Amostragem dos documentos selecionados no
Arquivo Público Mineiro**

Nº de ordem	Data	Local	Assunto	Referência
1	1768	Vila Rica	Erário Régio	C.C.
2	30.12.1772	Vila Rica	Autos de lançamento e derrama que se mandou proceder no ano de 1772 para complemento da cota anual de cem arrobas de ouro devidas ao Real Erário.	C.M.O.P.98
3	1773 1839	Vila Rica Ouro Preto	<i>Vila Rica</i> , poema de Cláudio Manuel da Costa, 1773. Documento manuscrito e edição impressa pelo <i>Jornal universal</i> , em 1839.	C.C.
4	1778-1806	sl.	Cálculo dos rendimentos da capitania de Minas Gerais e as remessas feitas ao Real Erário.	A.C.C. PI 20.004 R. 523
5	1778-1791	Vila Rica	Registro de cartas diversas relativas à administração dos contratos de João Rodrigues de Macedo, passadas pelo seu copião de cartas.	D.F. 1.353
6	1780	sl.	Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais, por José João Teixeira Coelho, desembargador da Relação do Porto.	C.C.
7	4.6.1781	Desempinhado	Carta de Inácio Correia de Pamplona ao governador Rodrigo José de Meneses sobre os indígenas; a exploração de terras e a situação na fronteira com Goiás, citando a participação de Joaquim José da Silva Xavier.	A.C.C. PI 21.333 R. 543

8	19.7.1781	Vila Rica	Registro de instruções passadas pelo governador Rodrigo José de Meneses a Joaquim José da Silva Xavier para o comando do destacamento do Caminho Novo.	S.C. 224 pp. 66v- 67v
9	26.9.1781	Rocinha da Negra	Registro de carta a Joaquim José da Silva Xavier contendo informações sobre abertura de picada; estabelecimento do quartel e porto de Meneses; e fiscalização de rotas de contrabandistas.	S.C. 224 pp. 67v- 70
10	1781-1784	Vila Rica	Escrituração do contrato das entradas da capitania de que foi arrematante Joaquim Silvério dos Reis.	D.F. 1.385
11	3º trimestre 1782	Caminho Novo do Rio de Janeiro	Mapa diário do municimento de capim aos cavalos a serviço do oficial e soldados destacados no Caminho Novo, sob o comando do alferes Joaquim José da Silva Xavier.	C.I.
12	1782	Vila Rica	Requerimento do alferes Joaquim José da Silva Xavier à rainha, relativo à quantia que lhe é devida pela Real Fazenda.	C.I.
13	1783-1787	Vila Rica	Relação dos rendimentos reais da capitania de Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.481 R. 531
14	1783-1788	Vila Rica	Balanço da receita e despesa dos rendimentos reais da capitania de Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.482 R. 531
15	1783-1788	Vila Rica	Relação da dívida da Fazenda Real da capitania de Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.481 R. 531

16	1783-1788	Vila Rica	Lista do que pagaram os contratadores da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.481 R. 531
17	12.6.1784	Vila Rica	Carta de Tristão da Cunha Meneses a João Rodrigues de Macedo sobre a decadência em que se encontram as cobranças dos contratos e a exaustão dos cofres reais, em Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.783 R. 536
18	22.3.1788	Vila Rica	Ofício do ouvidor-geral Tomás Antônio Gonzaga aos oficiais da Câmara de Vila Rica, esclarecendo sobre sua competência em relação à dita câmara.	C.I.
19	11.9.1788	Vila Rica	Certidão do dia em que saiu o desembargador Pedro José de Araújo Saldanha, ouvidor da comarca de Vila Rica, da cidade do Rio de Janeiro, acompanhado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier.	D.F. 1.189 pp. 142v- 143
20	3.3.1789	Vila Rica	Carta do procurador da Real Fazenda Francisco Gregório Pires Bandeira à rainha, requerendo que sejam passadas ordens a todos os contratadores das entradas para que apresentem à Junta as contas correntes dos seus rendimentos.	A.C.C. PI 20.262 R. 527
21	11.3.1789	Vila Rica	Carta-régia passada pelo governador visconde de Barbacena ao contratador João Rodrigues de Macedo, solicitando-lhe a imediata apresentação da conta corrente do contrato das entradas de que o mesmo foi arrematante.	C.C. doc. 20

22	14.3.1789	Vila Rica	Carta do visconde de Barbacena aos juizes e oficiais da Câmara de Vila Rica, determinando a suspensão da derrama e solicitando providências contra a diminuição da cota anual de ouro devida ao Real Erário.	A.C.C. PI 10.346 R. 506
23	17.3.1789	Vila Rica	Registro de carta do visconde de Barbacena à Câmara de Vila Rica, determinando a suspensão da derrama.	C.M.O.P. 112-A pp. 451-451v
24	20.3.1789	Ribeirão de Alberto Dias	Recibo passado por Joaquim Silvério dos Reis pelo recebimento de créditos.	C.I.
25	23.3.1789	Vila Rica	Registro de carta do visconde de Barbacena à Câmara de Mariana, determinando a suspensão da derrama.	C.M.M. 28 pp. 29-29v
26	20.6.1789	Mariana	Registro de carta da Câmara de Mariana ao visconde de Barbacena sobre a arrecadação dos reais quintos, extras e sugerindo providências.	C.M.M. 28 pp. 32-37v
27	26.6.1789	Vila Rica	Lista dos recibos de Bárbara Eliodora e Alvarenga Peixoto, relativos aos serviços que lhes foram prestados por ordem de João Rodrigues de Macedo.	A.C.C. PI 20.293 R. 528
28	6/1789	Mariana	Documento apresentado ao visconde de Barbacena pela Câmara de Mariana sobre os danos sofridos pela cota anual de ouro devida ao Real Erário.	A.C.C. PI 20.666 R. 534

29	26.9.1789	Vila Rica	Registro de carta da Câmara de Vila Rica ao visconde de Barbacena sobre a suspensão da derrama.	C.M.O.P. 112-A pp. 475-486
30	1789	Vila Rica	Processo de petição de Antônia Maria do Espírito Santo, relativa à escrava confiscada dos bens de Joaquim José da Silva Xavier.	C.I.
31	9.3.1790	Salvaterra de Magos	Carta do secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro ao governador visconde de Barbacena, comunicando ter sido a rainha informada da sedição debelada nessa capitania, e considerando a necessidade de se remeter da Europa um regimento de infantaria para garantir a obediência e submissão dos povos das Minas Gerais.	S.C. 148 p. 229
32	11.5.1791	s.l.	Conta da assistência prestada ao capitão Vicente Vieira da Mota por ordem do contratador João Rodrigues de Macedo, apresentando o cardápio servido ao mesmo na prisão.	A.C.C. PI 10.341 R. 506
33	12.7.1791	Vila Rica	Registro de carta do governador visconde de Barbacena à rainha sobre gratificação aos pedestres que prenderam o inconfidente padre José da Silva de Oliveira Rolim.	D.F. 1.186 p. 71
34	20.7.1791	São João del-Rei	Carta do ouvidor Bernardes de Carvalho à rainha sobre o seqüestro dos bens de Joaquim Silvério dos Reis e seus fiadores.	A.C.C. .PI 30.053 R. 511

35	9.8.1791	Vila Rica	Recibo da quantia passada pela Tesouraria da Real Fazenda como gratificação aos que executaram a prisão do inconfidente padre Oliveira Rolim. Em anexo, cópia de documentos relativos ao seqüestro dos bens do mesmo.	A.C.C. PI 30.256 R. 514
36	23.3.1792	Vila Rica	Cópia de aviso da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda ao contratador João Rodrigues de Macedo acerca de suas dívidas pelos contratos das entradas e dízimos de que foi arrematante e caixa.	D.F. 1.480 pp. 4-4v
37	16.5.1792	Vila Rica	Auto de arrematação da música a Manuel Pereira de Oliveira para o <i>Te Deum</i> , em regozijo pelo malogro da Conjuração Mineira.	C.M.O.P. 113 pp. 49v-51
38	16.5.1792	Vila Rica	Termo de vereação e acórdão da Câmara de Vila Rica sobre a realização do <i>Te Deum</i> em regozijo pelo malogro da Conjuração Mineira.	C.I.
39	22.5.1792	Vila Rica	Fala do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, na sessão solene da Câmara de Vila Rica, em regozijo pelo fracasso da Inconfidência.	C.I.
40	s.d.	s.l.	Lista dos inconfidentes degredados com indicação do tempo e local da pena a ser cumprida.	C.I.

41	24.7.1792 1 ^o .10.1928	Quartel-general de Angola Luanda	Cópia fotográfica de portaria ordenando a marcha de Inácio José de Alvarenga para Ambaca, na África. Em anexo, carta do doador da dita cópia, padre Manuel Ruela Pombo, contendo informações sobre documentos relativos aos inconfidentes em Angola, e lista dos documentos existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa.	C.I.
42	4.3.1793	Lisboa	Carta do presidente do Real Erário à Junta da Fazenda da capitania de Minas Gerais a respeito de quantia devida por Joaquim Silvério dos Reis à Fazenda Real, como arrematante do contrato das entradas.	S.G. Cx 88 doc. 16
43	1793	Vila Rica	Escrituração dos rendimentos da capitania de Minas Gerais em que consta o lançamento dos rendimentos dos bens confiscados dos inconfidentes.	D.F. 1.364 p. 157
44	18.2.1795	São João del-Rei	Carta de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a João Rodrigues de Macedo, propondo sociedade em seus negócios.	C.I.
45	10.4.1795	São João del-Rei	Carta de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a João Rodrigues de Macedo, comunicando-lhe sua satisfação por esse ter arrematado a parte dos bens seqüestrados de Alvarenga Peixoto.	C.I.
46	10.9.1796	Vila Rica	Requerimento dirigido à rainha relativo à cobrança de dívida contraída por Inácio José de Alvarenga.	A.C.C. PI 20.557 R. 532

Processos de Inconfidência em Vila Rica

Inconfidência por meio de Carta Régia

47	s.d.	s.l.	Conta lançada nos autos do réu Inácio José de Alvarenga Peixoto.	A.C.C. PI 20.233 R. 527
48	5.5.1797	Vila Rica	Sentença civil do Formal de Partilhas dos bens seqüestrados do inconfidente José Aires Gomes.	C.I.
49	18.8.1797	Vila Rica	Registro de carta-régia ao ouvidor da comarca do Rio das Mortes sobre a necessidade de se garantir a conservação dos bens seqüestrados dos inconfidentes eclesiásticos José Carlos Correia de Toledo, Manuel Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira.	D.F. 1.517 p. 17
50	18.8.1797	Vila Rica	Registro de carta-régia passada pelo governador Bernardo José de Lorena ao juiz pela ordenação de Mariana, recomendando que sejam feitas averiguações quanto à segurança e preservação dos bens seqüestrados do inconfidente cônego Luís Vieira da Silva.	C.M.M. 22 p. 136
51	1797-1802	—	Registro de cartas diversas relativas à administração dos contratos dos falecidos Domingos de Abreu Vieira e Manuel Pereira Alvim, passadas pelo encarregado da dita administração, Carlos José da Silva.	D.F. 2.132
52	12.7.1799	Vila Rica	Carta do governador Bernardo de Lorena, comunicando a remessa de exemplares de uma obra traduzida sobre os princípios da Revolução Francesa.	A.C.C. PI 10.543 R. 509

53	16.9.1799	Lisboa	Registro de ordem régia relativa ao seqüestro dos bens dos inconfidentes eclesiásticos.	D.F. 1.189 p. 177v
54	s.d.	s.l.	Documentos relativos ao confisco e restituição dos bens do inconfidente padre Oliveira Rolim.	A.C.C. PI 30.256 R. 514
55	24.5.1808	Tejuco	Carta do intendente-geral dos diamantes sobre requerimento e mais documentos relativos ao seqüestro dos bens do inconfidente padre Oliveira Rolim.	A.C.C. PI 20.275 R. 528
56	20.12.1810	Vila Rica	Representação de Inácio José de Souza Rabelo à rainha sobre dívida de José Aires Gomes como fiador de João Rodrigues de Macedo, nos contratos de dizimo da capitania.	C.I.
57	1832/1833	Tejuco	Cópia manuscrita de documentos relativos aos bens seqüestrados do padre José da Silva Oliveira Rolim.	C.I.
58	2.10.1836	Ouro Preto	Testamento de D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas a Mari- lia de Dirceu.	C.I.
	1866/1894	Ouro Preto	Conjunto de documentos relativos à construção de monumentos à memória dos inconfidentes de 1789.	C.I.

**Anexo II: Amostragem dos documentos selecionados nas
instituições públicas de Ouro Preto**

Nº	Data	Local	Assunto	Referência	Instituição
1	1º.8.1756	Vila Rica	Declaração de dívida de José Álvares Maciel ao capitão José Gomes da Rocha.	—	M.I.
2	1761	Vila Rica	Recibo assinado por Inácio Correia Pamplona.	nº inv. col: 979	M.I./ C.S.P.
3	1778	Sulça	<i>Recueil des Lois Constitutives des Colonies Anglaises confédérées sous la dénomination d'Etats-Unis de L'Amérique Septentrionale.</i>	—	M.I.
4	1º.11.1789	Registro	Recibo assinado por Joaquim José da Silva Xavier e Panta-leão Ribeiro de Souza, relativo a mercadorias recebidas de Antônio Pereira da Cunha, para municiação do quartel e cavalos de Sua Majestade.	—	M.I./ C.S.P.
5	4.11.1781	Vila Rica	Recibo passado por Vicente Vieira da Mota relativo ao crédito de José Alves Pereira, no Caminho Novo.	—	M.I.
6	20.12.1781	Vila Rica	Atestado passado pelo tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, comandante do Regimento de Cavalaria, relativo à compra de um cavalo por Manuel Coelho Ferreira, para o serviço de Sua Majestade.	—	M.I.
7	31.12.1781	Rocinha da Negra	Despesa feita por Joaquim José da Silva Xavier, comandante de Patrulha do Caminho Novo e picada de Meneses, com o municiação dos soldados e cavalos de Sua Majestade.	nº inv. col: 07-171	M.I./ C.S.P.

8	1781	Caminho Novo	Mapa diário do municiação de capim dos cavalos destacados no Caminho Novo, assinado por Joaquim José da Silva Xavier.	n.º inv. col: 1783 LXX	M.I./ C.S.P.
9	27.4.1782	Vila Rica	Requerimento de cobrança do alferes da Cavalaria Paga, Joaquim José da Silva Xavier, à Real Fazenda, com assinatura de Vicente Vieira da Mota e outros no verso do mesmo.	—	M.I./ C.S.P.
10	1782	—	Mapa diário do municiação dos cavalos em que estão montados os soldados, oficial e furriel destacados no Caminho Novo e Porto de Meneses, no exercício das patrulhas do mato, sob o comando do alferes Joaquim José da Silva Xavier.	—	M.I.
11	1.º trimestre 1783	—	Relação da despesa que fez o alferes Joaquim José da Silva Xavier com os soldados e cavalos de Sua Majestade.	—	M.I.
12	3.4.1783	Registro do Caminho Novo	Carta de Joaquim Silvério dos Reis a João Rodrigues de Macedo, a respeito de insolências e desordens praticadas por João Manuel Gomes, no Caminho Novo.	n.º in. col: 1692-LXIX	M.I./ C.S.P.
13	1783-1788	Vila Rica)	Livros de registros de testamentos, inventários, recibos e certidões, com abertura e encerramento de Tomás Antônio Gonzaga, no exercício das funções de ouvidor de Vila Rica.	A.J. vols.: 93, 94, 95, 96, 97, 98, 235, 237, 269, 303 Folios: 2.030, 2.031, 2.060, 2.065, 2.071, 2.072	M.I./ C.S.P.

14	29.7.1785	Coimbra	Diploma de bacharel em Filosofia de José Álvares Maciel.	—	M.I.
15	—	—	Sétimo volume original dos autos da devassa da Inconfidência Mineira.	—	M.I.
16	1788-1792	—	Cópia microfílmica dos autos da Inconfidência Mineira, existentes no Arquivo Nacional.	Rolo: Inconfidência	Ceco C.C.
17	1789	Vila Rica	Sentença cível de ação de libelo a favor de João Rodrigues de Macedo com João da Silva Oliveira.	A.J. auto: 4.414 código: 251	M.I./C.S.P.
18	1789	Vila Rica	Registro de ação relativa ao crédito de João Rodrigues de Macedo com João Teixeira de Carvalho.	A.J. auto: 5.021 código: 262	M.I./C.S.P.
19	1789-1791	Vila Rica/ Rio de Janeiro	Traslado de 71 peças processuais relativas à devassa que se fez por ocasião da Inconfidência Mineira, incluindo autos de confrontação e perguntas aos diversos envolvidos.	—	M.I./C.S.P.
20	1790	Vila Rica	Registro de ação relativa ao crédito de João Rodrigues de Macedo com José Moreira.	A.J. auto nº 4.943 cod. 261	M.I./C.S.P.
21	1791	Vila Rica	Registro de ação relativa ao crédito de João Rodrigues de Macedo com João Teixeira de Carvalho	A.J. auto nº 5.017 código nº 262	M.I./C.S.P.

22	23.7.1816	Registro	Carta assinada por Manuel Rodrigues da Costa e enviada ao coronel Fernando Luis Machado.	—	M./ C.S.P.
23	—	—	Cópia microfilmica de documentos originaes oferecidos pelo desembargador Francisco da Veiga ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contendo, entre outros: <i>Epistola a Critilo</i> ; carta de apresentação das <i>Cartas chilenas</i> às autoridades; várias obrigações assinadas por Tomás Antônio Gonzaga; e manuscritos das <i>Cartas chilenas</i> .	A.D.H. rolo 4.100	Ceco C.C.

Da Ilustração à Revolução — percursos ao

Abstract:

This article intends to provide support for the study of the *Inconfidência Mineira*, giving easier access to sources of primary documents in institutions in Belo Horizonte and Ouro Preto. We intend to increase patterns of analysis of this movement through information, viewing the understanding of the structural basis of the economy and society in Minas Gerais in the XVIIIth century.

Résumé:

Cet article vise à fournir des subsides pour l'étude de l'*Inconfidência Mineira*, en rendant plus facile l'accès aux sources documentaires primaires à la garde des institutions de Belo Horizonte et d'Ouro Preto. Notre intention est de proposer, ainsi, un développement du champ d'analyse de ce mouvement et de fournir certaines données en vue d'une compréhension des bases structurelles de l'économie et de la société de Minas Gerais au XVIIIth siècle.

Este artigo pretende fornecer subsídios para o estudo da *Inconfidência Mineira*, tornando mais fácil o acesso às fontes documentais primárias em instituições de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Pretende-se desenvolver o campo de análise deste movimento e fornecer algumas informações em vista de uma compreensão das bases estruturais da economia e da sociedade de Minas Gerais no século XVIII.

A intenção deste artigo é proporcionar subsídios para o estudo da *Inconfidência Mineira*, tornando mais fácil o acesso às fontes documentais primárias em instituições de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Pretende-se desenvolver o campo de análise deste movimento e fornecer algumas informações em vista de uma compreensão das bases estruturais da economia e da sociedade de Minas Gerais no século XVIII.

Este artigo pretende fornecer subsídios para o estudo da *Inconfidência Mineira*, tornando mais fácil o acesso às fontes documentais primárias em instituições de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Pretende-se desenvolver o campo de análise deste movimento e fornecer algumas informações em vista de uma compreensão das bases estruturais da economia e da sociedade de Minas Gerais no século XVIII.

Este artigo pretende fornecer subsídios para o estudo da *Inconfidência Mineira*, tornando mais fácil o acesso às fontes documentais primárias em instituições de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Pretende-se desenvolver o campo de análise deste movimento e fornecer algumas informações em vista de uma compreensão das bases estruturais da economia e da sociedade de Minas Gerais no século XVIII.

Este artigo pretende fornecer subsídios para o estudo da *Inconfidência Mineira*, tornando mais fácil o acesso às fontes documentais primárias em instituições de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Pretende-se desenvolver o campo de análise deste movimento e fornecer algumas informações em vista de uma compreensão das bases estruturais da economia e da sociedade de Minas Gerais no século XVIII.

Este artigo pretende fornecer subsídios para o estudo da *Inconfidência Mineira*, tornando mais fácil o acesso às fontes documentais primárias em instituições de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Pretende-se desenvolver o campo de análise deste movimento e fornecer algumas informações em vista de uma compreensão das bases estruturais da economia e da sociedade de Minas Gerais no século XVIII.

Este artigo pretende fornecer subsídios para o estudo da *Inconfidência Mineira*, tornando mais fácil o acesso às fontes documentais primárias em instituições de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Pretende-se desenvolver o campo de análise deste movimento e fornecer algumas informações em vista de uma compreensão das bases estruturais da economia e da sociedade de Minas Gerais no século XVIII.